

2007-05-31

Intervenção do Primeiro-Ministro no debate mensal na Assembleia da República sob o tema «Acesso às Tecnologias de Informação e Competitividade»

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

1. Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Quero apresentar-vos um dos programas mais ambiciosos do Plano Tecnológico, para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

O objectivo deste novo programa é garantir a mais de meio milhão de portugueses – estudantes, professores e trabalhadores em formação – não só o acesso a um computador, mas também o acesso à Internet de banda larga, com preços significativamente reduzidos por forma a melhorar a acessibilidade.

2. Programa

A verdade é que em Portugal 57% dos agregados familiares ainda não têm computador ou, tendo, não estão ligados em banda larga. É justamente aqui que temos que actuar, por um lado, para garantir a todos os portugueses, o acesso aos benefícios da Sociedade da Informação, e, por outro lado, para promover um dos factores mais críticos para o sucesso e para a competitividade de uma economia moderna.

Este programa dirige-se a três grupos sociais principais, cujo papel é absolutamente fundamental para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Primeiro grupo: os estudantes

Já a partir de Setembro, todos os estudantes que se inscreverem no 10º ano terão acesso a um computador e à ligação em banda larga, a um preço muito reduzido, em função do rendimento do respectivo agregado familiar. Com esta medida, nos próximos três anos, atingiremos 240 000 estudantes.

São criados três escalões:

O primeiro escalão abrange os alunos beneficiários da acção social escolar. Para estes alunos será fornecido um computador portátil sem qualquer pagamento inicial e a utilização da banda larga custará cinco euros por mês durante três anos.

O segundo escalão diz respeito aos alunos que não são beneficiários da acção social escolar mas que têm agregados familiares com baixos rendimentos. Para estes o computador será também fornecido sem

necessidade de qualquer pagamento inicial, sendo a mensalidade de ligação à banda larga de 15 euros também durante três anos.

No terceiro escalão estarão os restantes alunos. Esses terão acesso a um computador portátil, pelo valor de 150 Euros, e terão acesso à Internet em banda larga, pagando menos 5 Euros por mês do que os preços oferecidos no mercado. Esta possibilidade também vigorará por três anos. O computador é hoje uma ferramenta didáctica absolutamente fundamental nas sociedades modernas. Queremos que eles sejam vulgarizados e massificados e sejam de utilização tão comum quanto os livros e os cadernos. É assim que se constrói hoje uma escola de oportunidades e uma escola de futuro.

Segundo grupo: os professores

Todos os professores do Ensino Básico e Secundário terão acesso a um computador portátil, com um pagamento inicial de 150 Euros. Estes professores terão também acesso à Internet em banda larga, com uma mensalidade que o Estado garante que será 5 Euros inferior aos preços praticados no mercado.

Desta forma o Estado garantirá aos professores um acesso aos computadores em condições únicas, tal como garantirá uma tarifa mais barata no acesso à banda larga. Esta opção é feita em nome de uma educação melhor, em nome da qualificação, e em nome do contributo que os professores podem dar para difusão e para o sucesso de uma economia baseada no conhecimento.

Terceiro grupo: os trabalhadores em formação

Todas as pessoas que se inscrevam no Programa Novas Oportunidades terão acesso a um computador portátil com um pagamento inicial de 150 Euros. E beneficiarão também do acesso à Internet em banda larga com uma mensalidade de 15 Euros válida por um ano.

Este programa permitirá dar um salto qualitativo na formação dos nossos activos e na sua preparação para o mercado de trabalho actual. A difusão das tecnologias da informação pelos actuais activos em formação é um contributo poderoso para a promoção de uma economia mais competitiva e para a redução dos níveis de info-exclusão e de iliteracia digital na nossa sociedade.

Neste momento estão já inscritos 250.000 trabalhadores no Programa Novas Oportunidades. Esse número representa um enorme sucesso, pelo que significa de mobilização dos trabalhadores portugueses para a melhoria das suas qualificações. Pois todos esses que já estão inscritos poderão, desde já, beneficiar desta medida, isto é, ter acesso a um computador portátil, por 150 Euros, e a uma ligação em banda larga, cinco Euros abaixo das mensalidades do mercado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

3. Financiamento

Mas quero também referir-me ao financiamento. Este Programa será fundamentalmente financiado com as contrapartidas que o Estado

contratualizou com os operadores no licenciamento das comunicações móveis de terceira geração.

A obrigação de contribuir para a Sociedade da Informação com estas verbas estava praticamente esquecida e desaproveitada pelo Estado. O que agora fizemos foi determinar o montante dessas verbas, mobilizá-las e pô-las ao serviço de um Programa coerente e concreto, com impacto directo nos aspectos mais importantes da Sociedade da Informação.

Para a operacionalização deste Programa será criado um Fundo no âmbito do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, que será fundamentalmente constituído por estas verbas a que os operadores estão contratualmente vinculados desde 1999.

Estado e operadores privados de telecomunicações associam-se, desta forma, numa parceria inovadora, com o intuito de aumentar o número de famílias com computadores e com acesso à Internet em banda larga. Esta é a boa forma de garantir que em Portugal os indicadores da Sociedade de Informação evoluirão de forma mais rápida e é também o melhor caminho para preparar os portugueses para os desafios da Economia do Conhecimento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

4. Plano Tecnológico: balanço

Como já disse, este é um dos Programas mais importantes do Plano Tecnológico. Mas é preciso dizer que, neste dois anos de vigência do Plano, registámos já avanços muito significativos:

Todo o território português está hoje, na sua totalidade, com cobertura integral em banda larga.

100% das escolas estão ligadas em banda larga.

Mais de 2 milhões de portugueses têm acesso à Internet em banda larga. E só no primeiro trimestre de 2007 crescemos 20% neste indicador.

Portugal tem hoje 3^a melhor taxa de penetração de banda larga móvel da UE.

Os preços da banda larga em Portugal têm vindo a descer e são hoje inferiores à média europeia.

Portugal subiu significativamente nos rankings internacionais de disponibilização e de sofisticação de serviços on-line, tendo sido considerado pelo Banco Mundial uma referência nesta área.

Finalmente, Portugal é o 4^o país da União Europeia com maior taxa de penetração da Banda Larga nos lares com computador.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

5. Uma Economia do Conhecimento

Uma economia que quer permanecer competitiva tem que acompanhar os avanços tecnológicos no domínio das telecomunicações e da Sociedade da Informação. Os computadores e a banda larga são hoje muito mais do que meros produtos tecnológicos. As tecnologias da informação democratizam as comunicações, democratizam o conhecimento, democratizam o acesso a bens e serviços.

A banda larga deve ser encarada – na linha das prioridades da Agenda de Lisboa – como um bem público essencial, de acesso universal, tal como o foram no século passado a luz e o telefone. É por isso que o papel do Estado é absolutamente crítico, como garante da universalidade, da equidade e da inclusão. Numa palavra, como garante de que a Sociedade da Informação é uma oportunidade para todos os portugueses.

Os outros países não estão parados. Pelo contrário, estão a avançar e depressa.

A questão, portanto, não é apenas avançar mas a velocidade e o ritmo desse avanço.

É por isso que lançamos este Programa. Porque queremos avançar mais depressa ainda. É claro que todos têm a obrigação de contribuir para isso, os cidadãos, as empresas, as organizações. Mas há aqui um papel do Estado, que é decisivo e que consiste não apenas em indicar o caminho mas marcar o ritmo e a velocidade no movimento de modernização tecnológica do país. E fazemos esse movimento no sítio certo – nos professores, nos alunos e na formação profissional – onde a tecnologia pode estar mais ao serviço do conhecimento.

No fundo, trata-se de mudar aquilo que promove a mudança. Uma mudança que deve estar ao serviço de um país mais qualificado, mais competitivo e mais justo.